



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Processo: eTC-4237.989.22

Senhora Assessora Procuradora-Chefe.

Tratam os presentes autos do exame das contas anuais da Prefeitura Municipal de **Cerquilha** referente ao exercício de **2022**.

Devidamente notificado, evento 16, o responsável pelas contas apresentou alegações, arquivo 32.1, evento 32.

A inspeção esteve a cargo da UR-09. Cabe a esta Unidade a análise dos aspectos da gestão fiscal [orçamentário, financeiro e patrimonial] do Município, tendo por base, os dados contidos no relato da fiscalização, visando assim, dar cumprimento à r. determinação, evento 35, arquivo 35.1.

Segundo o relatório da fiscalização, os resultados apresentados foram os seguintes (evento 13, arquivo 13.30, página 39/40):

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Parcialmente regular
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (<i>superávit</i>)	4,33%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	7,09%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS – Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Sim
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Prejudicado*
RPPS – Relação da situação do RPPS com as contas do Ente	Favorável**
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	40,57%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	28,40%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	94,79%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Sim
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	88,44%
ENSINO - Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO - Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	28,85%

* O Município não tem parcelamentos de débitos de encargos.

** Sem embargo do anotado no item C.1.7.3 deste relatório.

O município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M, evento 13, arquivo 13.30, página 2:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
IEG-M	B	B	C+	C+
i-Planejamento	B+	B	C	C
i-Fiscal	B+	B	B	B
i-Educ	C+	C+	C+	C
i-Saúde	B+	C+	C+	B
i-Amb	B	C	C+	C
i-Cidade	C+	C	C	C
i-Gov-TI	A	A	A	A

O resultado do indicador do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM - conceito geral C+, caracteriza a gestão como em fase de adequação, dessa forma, deve o gestor procurar elevar os esforços no sentido de melhorar a operacionalização de seus órgãos e entidades de forma a entregar uma prestação de serviço público de qualidade.

Ressalto que apesar da avaliação geral do IEG-M no exercício ter sido “C” (baixo nível de adequação), as temáticas Fiscal e Saúde receberam, respectivamente, nota “B” (efetiva).

DA GESTÃO FISCAL.

Peças Contábeis, arquivo 13.3, evento 13.

Resultado da Execução Orçamentária.

(evento 13, arquivo 13.30, páginas 18/19, item C.1.1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 208.559.790,76	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 197.049.454,62	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 2.805.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 330.048,76	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 9.035.384,90	4,33%

A administração direta [Prefeitura + Câmara], com base nos dados gerados pelo sistema Audesp, obteve resultado da execução orçamentária de superávit de R\$ 9.035.384,90 ou 4,33%.

O resultado da execução orçamentária e os investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2022	Superávit de	4,33%	7,09%
2021	Superávit de	7,64%	8,03%
2020	Superávit de	5,46%	6,99%
2019	Superávit de	2,07%	4,87%

Relativamente aos itens C.1.1.1 Receitas; C.1.1.2 Despesas, não foram constatadas irregularidades.

Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial.

(evento 13, arquivo 13.30, página 19, item C.1.2)

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 39.235.368,65	R\$ 28.389.170,09	38,21%
Econômico	R\$ 31.665.054,36	R\$ 20.968.131,76	51,02%
Patrimonial	R\$ 149.183.942,79	R\$ 121.711.875,65	22,57%

O resultado financeiro ao final do exercício foi superavitário de R\$ 39.235.368,65.

O resultado econômico R\$ 31.665.054,36 e o patrimonial R\$ 149.183.942,79 foram positivos.

Todos os resultados foram melhorados em relação aos do exercício anterior.

Dívida de Curto Prazo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



(evento 13, arquivo 13.30, página 19, item C.1.3)

ATIVO FINANCEIRO		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa	48.898.143,77	33.944.847,04
Créditos e Valores	130.224,15	161.689,08
TOTAL	49.028.367,92	34.106.536,12

PASSIVO FINANCEIRO		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Restos a Pagar Processados/Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar	25.560,00	142.913,98
Fornecedores/Contas a Pagar	0,00	78.653,98
Demais Obrigações	25.560,00	64.260,00
Restos a Pagar não Processados	9.767.439,27	5.574.452,05
TOTAL	9.792.999,27	5.717.366,03

A municipalidade possuía ao final do exercício disponibilidade financeira suficiente para cobertura da dívida de curto prazo, registrada no Passivo Financeiro, em razão do superávit financeiro R\$ 39.235.368,65.

Dívida de Longo Prazo.

(evento 13, arquivo 13.30, página 19, item C.1.4)

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	379.375,45	519.275,60	-26,94%
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos			
De Contribuições Sociais	-	-	
Previdenciárias			
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	379.375,45	519.275,60	-26,94%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	379.375,45	519.275,60	-26,94%

O inciso II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, estabelece que o limite máximo de endividamento em longo prazo para os Municípios é de 120% da Receita Corrente Líquida, o saldo da dívida de longo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



prazo é de R\$ 379.375,45, que representa apenas 0,17% da RCL¹, estando, portanto, a municipalidade abaixo do limite máximo legal. Além disso, existiu uma redução de 26,94% no saldo.

Precatórios.

(evento 13, arquivo 13.30, páginas 20/21, item C.1.5)

Acerca do passivo judicial, foi informado que a municipalidade estava enquadrada no Regime Ordinário de Pagamento de Precatórios.

Foi atestado pela fiscalização que foi depositada a quantia de R\$ 3.859.309,81, durante o exercício em análise. Regularidade dos pagamentos de precatórios informada pelo E. TJ/SP, conforme o quadro Verificações do relatório.

Verificações		
01	O TJSP e demais Tribunais atestam a suficiência dos pagamentos de competência do exercício fiscalizado?	Sim
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Sim
03	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Prejudicado ³
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Sim

3 Trata-se de Município enquadrado no Regime Ordinário de pagamento de precatórios.

Quanto aos requisitos de baixa monta consta que os pagamentos ocorreram num total de R\$ 90.298,25; sendo quitados todos os RBM incidentes no exercício.

Encargos.

(evento 13, arquivo 13.30, páginas 21/22, item C.1.7)

1



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUD@SP

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 3º Quadrimestre / 2022

Município: Cerquilha

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R\$	%
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	218.777.267,89	100,0000 %
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL	218.777.267,89	100,0000 %



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Verificações		Guias apresentadas
01	INSS:	Sim
02	FGTS:	Sim
03	RPPS:	Sim
04	PASEP:	Sim

O relatório apontou que a origem apresentou as guias referentes ao recolhimento dos encargos sociais, não sendo apontadas irregularidades.

Relatou a instrução que a Prefeitura não possui acordos de parcelamento perante o INSS e o RPPS.

Anotou a fiscalização que o município dispõe do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, arquivo 13.12.

Opinião desta assessoria.

Acredito que os resultados contábeis obtidos pela municipalidade não prejudicaram o equilíbrio das contas, onde o resultado orçamentário foi de superávit.

Os outros resultados -financeiro, econômico e patrimonial- apresentaram uma situação positiva e melhor do que o exercício anterior.

Quanto ao endividamento do município existiu cobertura financeira para os compromissos de curto prazo e os de longo prazo estão dentro do limite permitido.

O percentual de investimento no exercício ora em análise foi de 7,09%.

A situação fiscal, segundo o quadro delineado acima, evidencia que a municipalidade mostrou uma posição satisfatória, dessa forma, dando cumprimento ao princípio da gestão equilibrada previsto no artigo 1º, § 1º, da LRF.

Em razão dos resultados supramencionados, s.m.j., penso ser possível relevar a impropriedade relativa aos insatisfatórios índices de efetividade da gestão municipal - IEGM, sem prejuízo de ser expedida severa advertência para que o gestor revise e saneie os desacertos mostrados em cada índice setorial.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Conclusão.

A Prefeitura analisada obteve, nos quatro últimos exercícios, os seguintes **Pareceres** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres	Data do Trânsito em Julgado da Decisão
2021	eTC-7190.989.20	favorável	-----
2020	eTC-3207.989.20	favorável	24/05/22
2019	eTC-4859.989.19	favorável	16/04/21
2018	eTC-4518.989.18	favorável	20/07/20

Assim, opino pela emissão de Parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura de Cerquillo, relativas ao exercício de 2022. Ressalvo, entretanto, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, 11 de dezembro de 2023.

Sérgio Ferraz de Campos Luciano
Assessoria Técnica